

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE EDUCACIONAL: UMA PERSPETIVA MICRO-ANALÍTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAL.

Tubias Capaina

Graduado em Antropologia pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane,
Moçambique.

Investigador Independence.

Correio eletrónico: capainatubias@gmail.com

Resumo

Este artigo discute o desenvolvimento sustentável, apontado a literatura recente como um instrumento nas pesquisas que refletem o assunto, dedicadas, em sua expressiva maioria, ao impacto ambiental, em termos de metodologia, a abordagem configura-se como uma pesquisa qualitativa, exploratória e, em relação aos procedimentos técnicos, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica que pretende contribuir para o avanço do conceito de educação e sustentabilidade no âmbito social, expondo essa dimensão do desenvolvimento sustentável e os principais aspetos nela envolvidos.

A vida na cidade custa dinheiro. Por isso, obriga-nos a se readaptar para nos integrar. A inércia social nos leva a isso.

Para entender as questões essenciais desse conceito serão apresentados os indicadores propostos por Mariane e Denise (2013), recorrendo-se a perspetivas de Labuschagne, Brent e Erck (2004) e Labuschagne e Brent (2005), que envolvem aspetos pertinentes às práticas de sustentabilidade na dimensão social, relacionadas aos recursos humanos, que vem para complementar a questão do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Desenvolvimento e Sustentabilidade Educacional.

Introdução

O meio ambiente é belo, porém existem vários fatores que contribuem para sua degradação que se dá o nome de problemas ambientais. Surgiu assim necessidade de pensar em como seria a vida das gerações futuras, uma vez que o homem atual ao satisfazer as suas necessidades punha em risco as gerações futuras de também poderem satisfazer as suas necessidades. Este foi um ponto de partida para o surgimento do desenvolvimento sustentável que é aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras também atenderem as suas necessidades.

A problemática ambiental não é um assunto novo, pois os problemas ambientais existem desde a antiguidade e é um fato que afeta a todos e com o passar dos tempos a humanidade foi se desenvolvendo e aumentando e os problemas ambientais se agravando cada vez mais.

A participação da população é importante porque todos devem se conscientizar da necessidade de conservar o meio ambiente e fazer parte na implementação sobre as políticas de conservação.

Desenvolvimento Sustentável

O grande marco para o desenvolvimento sustentável mundial foi, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em Junho de 1992 (Rio 92), onde discutiu-se como implementar o desenvolvimento sustentável e foram aprovados uma série de documentos importantes, dentre os quais a Agenda 21, que apresenta como um dos principais fundamentos da sustentabilidade o fortalecimento da democracia e da cidadania, através da participação dos indivíduos no processo de desenvolvimento, combinando ideais de ética, justiça, participação, democracia e satisfação de necessidades.

O processo que foi iniciado na Conferência Rio92, reforça que antes de se reduzir a questão ambiental a argumentos técnicos, deve-se consolidar alianças entre os diversos grupos sociais responsáveis pela catalisação das transformações necessárias. (Sachs, 2000). Entretanto, pode-se afirmar que o desenvolvimento sustentável é o conciliar dos diversos fatores existente na natureza, desde os ecossistemas até o próprio homem enquanto ator ativo e racional.

Educação - é ato de educar, ensinar, e é um processo pelo qual uma função se desenvolve e se aperfeiçoa pelo próprio exercício.

Educação Ambiental – é um processo de formação e informação orientado para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais, e de actividades que levem à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental. (CONAMA).

Sustentabilidade - é um termo usado para definir ações e actividades humanas que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos sem comprometer o futuro das próximas gerações.

Sustentabilidade Educacional – é a necessidade que surgiu de educar o homem para não por em perigo o meio ambiente.

Desenvolvimento Sustentável – é aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas necessidades.

Desenvolvimento Sustentável Educacional – é aquele que ensina ou instrui o homem a não por em perigo o meio ambiente na realização de actividades que satisfaçam as suas necessidades (sociais, económicas, culturais, políticas).

Desenvolvimento Sustentável Educacional

Só se pode falar da prática do desenvolvimento sustentável quando se realiza actividades que não põem em risco a capacidade das futuras gerações poderem satisfazer as suas necessidades. Partindo do princípio que a educação é um processo de enquadramento social, pode-se afirmar que a sustentabilidade educacional é a necessidade de instruir o homem, para que este não ponha em perigo o ambiente e as gerações futuras na realização das actividades que satisfaçam as suas necessidades, e a educação somente é sustentável quando aprendemos a não perigar o meio.

A educação sustentável fornece às pessoas de todos os níveis educacionais, habilidades, competências e conhecimentos necessários para transmitir valores indispensáveis para a mudança do comportamento e para práticas que conduzem ao desenvolvimento sustentável. A educação sustentável deve ser promovida em todos os níveis e em todos os contextos educativos ao longo da vida. (UNESCO, 2012).

O principal objetivo do desenvolvimento sustentável educacional caminha em paralelo com o da educação ambiental que é de desenvolver nas pessoas uma consciência crítica, para que haja uma mudança no comportamento e nas atitudes da humanidade perante o meio ambiente. E tem a

importância de ajudar no desenvolvimento de uma comunidade com a capacidade de melhor compreender e lidar com o meio ambiente.

Recursos Humanos Internos

Para Mariane (2013), A sustentabilidade social está também relacionada aos Recursos Humanos Internos, ou seja, à gestão das pessoas na organização, mas não se limita a esse aspecto pois se relaciona também aos stakeholders externos e às comunidades no entorno da organização, bem como a outras sobre as quais possa ter algum impacto. Entretanto, hoje existe um contexto marcado por discussões que entendem a sustentabilidade somente em suas questões. Desse modo, para avançar nas questões sociais do desenvolvimento sustentável, cabe expor os aspectos em relação à sustentabilidade social para a gestão das pessoas na organização, para mostrar que esse tópico deve estar incluído nas políticas das organizações para os Recursos Humanos Internos. Assim, de acordo com Labuschagne, Brent e Erck (2004) e Labuschagne e Brent (2005) as questões pertinentes à sustentabilidade social e à gestão das pessoas na organização relacionam-se à sua força de trabalho e consistem em quatro subcritérios: estabilidade de emprego, práticas de emprego, saúde e segurança e desenvolvimento de capacidades, que serão descritos a seguir.

Emprego

As práticas de emprego indicadas por Labuschagne, Brent e Erck (2004) incluem práticas de disciplina e segurança, contrato de trabalho, equidade na contratação, desenvolvimento e utilização de fontes de trabalho. Estas são avaliadas para que se assegure que se encontrem de acordo com as leis do país, a declaração internacional dos direitos humanos, bem como outras declarações de direitos humanos e padrões de práticas justas no trabalho.

O gênero e a equidade racial também são tratados dentro desse critério, bem como a legitimidade das fontes de trabalho. Apenas muito recentemente, em especial com a publicação do Workforce 2000 Report e de outras publicações presumindo uma força de trabalho mais diversa em todo o mundo (FULLERTON, 1991; JOHNSTON; PACKER, 1987; JOHNSTON, 1991; NKOMO; COX JUNIOR, 2007), é que os temas “diversidade, equidade e discriminação” vêm recebendo destaque como temas a serem considerados dentro das organizações. A questão da Diversidade relaciona-se à equidade e a formas de evitar a discriminação.

A equidade relaciona-se ainda a formas justas de promoções e incentivos e a processos transparentes e justos de avaliação de desempenho. A não discriminação “[...] descreve a política global ou programas que antecipem a possibilidade de algum tipo de discriminação, além do monitoramento de tais situações.” (CRITCHII JUNIOR, 2007, p. 40). Citado por Mariane (2013).

Estabilidade de Emprego

O critério estabilidade de emprego relaciona-se ao impacto das iniciativas da organização em oportunidades de trabalho dentro da companhia, à estabilidade destas, bem como à avaliação da equidade na remuneração da força de trabalho (LABUSCHAGNE; BRENT; ERCK, 2004). Assim, a categoria estabilidade de emprego inclui oportunidades de emprego e compensação. Organizações que buscam atingir a sustentabilidade social, em relação aos Recursos Humanos Internos ou às pessoas na organização devem, segundo Tibben-Lembke e Rogers (2002); Rubio, Chamorro e Miranda (2008), prover aos seus colaboradores oportunidades de emprego consistentes, que não devem ser influenciadas por incertezas, como, por exemplo, crises econômicas ou de mercado, que podem resultar em altos níveis de instabilidade empregatícia (DAVIS-BLAKE; UZZI, 1993; NOLLEN; AXEL, 1996; HOUSEMAN, 2001 apud SARKIS; HELMS; HERVANI, 2010).

Outra questão que fere a estabilidade no emprego, segundo Houseman (2001), seria a oferta de empregos apenas temporários. É o que ocorre, por exemplo, com as empresas de logística reversa, que, em decorrência das grandes incertezas e variabilidade no ciclo de vida ou no suprimento de materiais reciclados, contratam empregados temporários. Nesse meio, segundo o autor, predominam: trabalho temporário, baixos salários, falta de acordos contratuais e ausência de benefícios. Nesse contexto, o desenvolvimento dos colaboradores (outro fator de sustentabilidade social) e avanços na carreira também não se tornam possíveis. Na Europa, para Sarkis, Helms e Hervani (2010), políticas regulatórias governamentais podem contribuir para a estabilidade no emprego oferecido por empresas de logística reversa, Mariane (2013).

O factor Saúde e Segurança

Este critério tem foco na saúde e segurança da força de trabalho e avalia medidas de prevenção, bem como a ocorrência e o tratamento de incidentes de saúde e/ou segurança

(LABUSCHAGNE; BRENT; ERCK, 2004). Saúde e segurança compreendem para o GRI (2002 apud CRITCHII JUNIOR, 2007, p. 29):

O registo de acidentes e doenças ocupacionais, formação de grupos formais sobre saúde e segurança, representado por trabalhadores e setor administrativo, verificação do tipo de lesões típicas, quantidade de dias perdidos, absenteísmo e quantidade de óbitos referentes ao trabalho. Descrição de políticas ou programas a respeito da Aids, assim como a evidência de gestão de saúde e segurança no trabalho e pela descrição de acordos formais com sindicatos envolvendo saúde e segurança no trabalho.

Desenvolvimento De Capacidades

A sustentabilidade social enfatiza aqui oportunidades para o desenvolvimento de novas habilidades, novos produtos e processos e novas capacidades tecnológicas. O critério direciona-se a dois diferentes aspectos: pesquisa e desenvolvimento; e desenvolvimento de carreira. Pesquisa e desenvolvimento avaliam as contribuições da companhia para o desenvolvimento de produtos sustentáveis por meio de pesquisa e do desenvolvimento de programas, bem como suas inovações. O desenvolvimento de carreira foca no treinamento dos colaboradores e na provisão de aconselhamento de carreira e oportunidades de educação (LABUSCHAGNE; BRENT; ERCK, 2004). Entraves nesse sentido podem ser a falta de recursos organizacionais para inovação (DEL BRIO; JUNQUERA, 2003 apud SARKIS; HELMS; HERVANI, 2010). Citado por Mariane, (2013).

Outras barreiras incluem recursos financeiros limitados, estrutura organizacional, falta de treinamento ambiental dos gestores, orientação de curto tempo, status das questões ambientais/sociais na empresa, baixas habilidades das pequenas empresas na obtenção de inovações, e sua falta de relacionamento com stakeholders externos (BANSAL; ROTH, 2000; SHARMA, 2000 apud SARKIS; HELMS; HERVANI, 2010). O critério População Externa, relacionado à sustentabilidade (LABUSCHAGNE; BRENT; ERCK, 2004; SARKIS; HELMS; HERVANI, 2010), focaliza o impacto das operações da organização nas comunidades nas quais realiza as suas operações. O critério consiste em três subcritérios: capital humano, produtivo e comunitário.

Capital Humano

Este aspecto relaciona-se a iniciativas das organizações em melhorar a saúde pública e a segurança humana em geral (SARKIS; HELMS; HERVANI, 2010). O capital humano refere-se à capacidade do trabalho de proporcionar aos indivíduos um ganho que possa abranger aspectos como a saúde, bem-estar psicológico, treinamento e desenvolvimento. O critério trata saúde e educação separadamente. O foco da saúde está no esforço adicional ou benefícios de uma organização de oferecer serviços de saúde. A educação considera o impacto sobre as oportunidades de educação e o efeito possibilitado pelas oportunidades do treinamento e do compartilhar as informações no nível da comunidade (LABUSCHAGNE; BRENT; ERCK, 2004).

Capital Produtivo

Este tópico pode incluir moradia, serviço e mobilidade da infraestrutura e segurança pública e regulatória. O capital produtivo envolve recursos e a infraestrutura que um indivíduo necessita para manter uma vida produtiva. O critério mede o esforço colocado nestes recursos e a disponibilidade de infraestrutura ofertada pelas organizações. Os seguintes grupos são tratados separadamente: habitação; infraestrutura de serviços, que envolve água e fontes de eletricidade bem como o desperdício de serviços; mobilidade da infraestrutura, que considera transporte público e a quantidade, qualidade e responsabilidade em redes do transporte, por exemplo, estradas públicas; e, serviços regulamentares e também públicos. (LABUSCHAGNE; BRENT; ERCK, 2004).

Capital Comunitário

Este critério considera o efeito das iniciativas da organização no apoio a projetos sociais e os relacionamentos com outras instituições, estabelecendo redes de confiança, reciprocidade e suporte, considerando as características culturais da comunidade em que a organização atua. Seis aspectos são abordados: Estímulo Sensorial (estética, níveis de ruído e odor); Segurança; Propriedades Culturais; Crescimento e Prosperidade Econômica (oportunidades de negócio); Coesão Social; Patologias Sociais; Subsídios e Doações; e, Patrocínio (suporte, apoio) a Projetos Comunitários. A avaliação do desempenho na área do capital comunitário é, segundo Labuschagne, Brent e Erck (2004), de importância máxima na avaliação da sustentabilidade

social de um projeto e estaria no âmago da sustentabilidade; seria “como as comunidades sentem seu ambiente e seu modo de vida”. Essas percepções podem influenciar diretamente as iniciativas de participação dos stakeholders (LABUSCHAGNE; BRENT; ERCK, 2004).

Provisão De Informação

Provisão da informação é essencialmente a melhoria da informação das organizações afetadas. Um número de empresas incluem informações nos seus programas “verdes” e de reciclagem nos seus relatórios anuais e nos específicos de sustentabilidade (SARKIS; HELMS; HERVANI, 2010). Para Macedo e Cípola (2009), a relação com as partes legitimamente interessadas, os stakeholders, tem mudado: envolve maior transparência e prestação de contas a diversos atores sociais, que até então não eram tão importantes no processo decisório.

A maneira como as empresas agem, impactam e se relacionam com seus stakeholders reflete responsabilidade social e consequentes resultados econômicos e financeiros. Segundo O’Donovan (2002 apud EUGÉNIO, 2010), os gestores identificam benefícios para a organização em relatar informação social e ambiental para os diferentes grupos de stakeholders. Os benefícios incluem: alinhamento de valores da gestão com os valores sociais; antecipar ataques dos grupos de pressão; melhorar a reputação da organização; providenciar oportunidades de debates sérios; demonstrar fortes princípios de gestão e responsabilidade social, entre outros. Contudo, informação ambiental corporativa é muitas vezes difícil de obter.

Para Eugénio (2010), a divulgação e o relato de informação ambiental pelas empresas continuam a ser tema recente e têm sido registrados avanços significativos: em 1991 o Presidente do Institute of Chartered Accountants declarou que, ao responder aos desafios colocados pelo ambiente, todos os aspectos da contabilidade, incluindo as demonstrações financeiras e a auditoria, tinham de mudar. Contabilidade social corporativa e engajamento das partes interessadas vêm acontecendo em uma escala sem precedentes, e crescente número de empresas se mobilizam para levar cada vez mais informação ao domínio público como uma forma de comunicação.

Para Mariane(2013), o Ponto central para a noção de responsabilidade e para a prática de contabilidade social contemporânea argumenta Swift (2001) – é o conceito de confiança, responsabilidade e construção de reputação corporativa. No Brasil, as pesquisas relativas à

temática ambiental na área contábil tiveram início com o estudo de Ribeiro (1992 apud LINDSTAEDT; OTT, 2007). O autor examina a tendência de divulgação de informações ambientais pela contabilidade e assevera que as questões ambientais somente se tornaram objeto de preocupação dos empreendedores de atividades econômicas poluentes quando os níveis de poluição da água, do solo e do ar atingiram patamares elevados.

Desempenho Socioambiental

Este critério considera as contribuições de uma iniciativa operacional para a melhoria do meio ambiente, para a sociedade em uma comunidade, em nível regional e nacional. Estão incluídos neste critério a extensão das habilidades de monitoramento ambiental da sociedade e o aprimoramento e aplicação da legislação que assegura o cumprimento de normas (LABUSCHAGNE; BRENT; ERCK, 2004). Sarkis, Helms e Hervani (2010) citam o argumento de Porter (1991 apud SAKIS; HELMS; HERVANI, 2010) e de Porter e van der Linde (1995 apud SARKIS; HELMS; HERVANI, 2010): a motivação para a inovação e a criatividade ambiental vêm de pressão regulatória.

Estudos concluem que inovação ambiental é resultado de pressões no mercado que tornam as empresas mais eficientes. Há muitas técnicas que permitem que os gestores mapeiem os impactos ambientais ao longo da cadeia de suprimentos, como avaliação do ciclo de vida, gestão de produtos e princípios de design voltados para o meio ambiente. Associar logística reversa a essas práticas é muito comum. Por exemplo, a população externa pode ver grandes problemas em atividades de logística reversa. Muitas comunidades estão também inundadas com velhos materiais tóxicos que aparecem em eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos (SARKIS; HELMS; HERVANI, 2010).

Os mercados para produtos retornáveis podem não ser lucrativos, causando grandes encargos por causa de possíveis atrasos de produtos que necessitam ser eliminados. Como exemplo, tais situações existem para eletrônicos e indústrias de construção naval com produção em países desenvolvidos e enviados para países menos desenvolvidos para “remanufaturar”, quando na realidade estes produtos contêm significativos materiais perigosos e são essencialmente despejados lá (BASEL ACTION NETWORK, 2006 apud SARKIS; HELMS; HERVANI, 2010). Esta situação ilustra o resultado negativo de um sistema de logística reversa quebrado, que não se

importa com o ambiente ou com o bem-estar social de uma região despreparada para gerenciar materiais tóxicos.

Para, Puppim (2005 apud MACEDO; CÍPOLA; FERREIRA, 2010) ressaltam que muitas empresas têm focado cada vez mais em ações na área socioambiental dentro e fora de suas instalações, tentando se mostrar mais transparentes e receptivas ao diálogo com a sociedade. Porém, haverá convergência entre filantropia corporativa e os interesses dos acionistas somente quando os gastos com práticas de responsabilidade social empresarial gerarem, simultaneamente, ganhos sociais e benefícios econômicos (MACEDO; CÍPOLA; FERREIRA, 2010).

Conclusão

Se a resposta natural das empresas ao novo cliente, ao consumidor verde e ecologicamente correto é a responsabilidade social ambiental. Empresa sustentável é sinônimo de bons negócios, e no futuro, será a única forma de empreender negócios de forma duradoura e lucrativa, Tachizawa e Pozo (2007). Acredito que se tratarmos bem os clientes, eles sempre serão nossos clientes. Mas também, entendo que, não existe nada que possa acabar com toda a dor. Mas, um dia encontrarmos um jeito de viver com ela. Existem pesadelos e todos os dias quando acordarmos sendo a primeira coisa que pensamos até que um dia seja a segunda. Alterações deixam marcas.

Oferecer apoio administrativo e fiscal pode ser um pontapé de saída para minimizar algumas limitações do desenvolvimento ao nível locais. Uma ação inapropriada para questões pontuais pode romper por completo a perspectiva futurista nos modos de vida de uma comunidade.

Com este artigo pretendo lembrar que, um dos princípios fundamentais do desenvolvimento sustentável é a solidariedade para com as gerações futuras, isto é, conservar o ambiente de modo que eles também possam usufruir da natureza, ter a oportunidade de conhecer e viver em condições merecidas.

Bibliografia:

MACEDO, M. A. S. CÍPOLA, F. C. Análise do desempenho socioambiental no setor siderúrgico brasileiro. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 3, n. 7, dez. 2009.

MACEDO, M. A. S. CÍPOLA, F. C.; FERREIRA, A. F. R. Análise do desempenho organizacional sob as perspectivas socioambiental e de imagem corporativa: um estudo apoiado em DEA sobre os seis maiores bancos no Brasil. REGE Rev. Gest., v. 15 n. spe, 2010.

LABUSCHAGNE, C. BRENT, A. C.; CLAASEN, S. J. Environmental and social impact considerations for sustainable project life cycle management in the process industry. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, n. 12, p. 38-54, 2005.

LABUSCHAGNE, C. BRENT, A. C.; ERCK, R. P. G. van Assessing the sustainability performances of industries. *Journal of Cleaner Production*, p. 1-13, 2004. Disponível em: <www.sciencedirect.com>. Acesso em : 2 maio 2012.

LABUSCHAGNE C.; BRENT, A. C. Sustainable project life cycle management: the need to integrate life cycles in the manufacturing sector. *International Journal of Project Management*, v. 23, n. 2, p. 159-168, 2005.

LOURENÇO, L. Mariane CARVALHO, Denise. Sustentabilidade Social E Desenvolvimento Sustentável. *RACE, Unoesc*, v. 12, n. 1, p. 9-38, jan./jun. 2013

SACHS, Ignacy. *Caminhos Para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

UNESCO. *Educar Para Um Futuro Sustentável*. Brasília. 2012.

www.unesco.org/new/pt/rio-20/educating-for-a-sustainable-future. acessado em: 25/04/14 as 16:36.